

**Ata da Sessão Ordinária de Vinte e Três de Abril de Dois Mil e Dezasseis.**

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e dezasseis, pelas vinte e uma horas, reuniu a assembleia de freguesia de Carapito sob a presidência do senhor José Francisco Lopes Baltazar e secretariada pelo primeiro secretário, Álvaro José Caseiro de Almeida, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto Um: Leitura e aprovação da ata da sessão anterior;

Ponto Dois: Aprovação das contas de gerência e aprovação da primeira revisão do orçamento,

Ponto Três: Outros assuntos do interesse da freguesia.

A sessão começou com a leitura da ata da assembleia anterior. Após a leitura da ata, o presidente da Junta corrigiu a área do terreno vendido ao senhor Paulo Tenreiro para trezentos e quarenta e sete metros quadrados, em vez dos trezentos e quarenta e cinco referidos. O senhor Paulo Tenreiro, que se encontrava presente na sessão devidamente autorizado, pediu a palavra para dizer que ele próprio tinha contratado um levantamento da área do terreno e que o valor obtido era de trezentos e onze metros quadrados em vez dos trezentos e quarenta e sete apresentados. Assim sendo, o presidente da Junta disse que iria requerer um novo levantamento da área do terreno, ou uma retificação das medidas, em que ambos estivessem presentes, para que se chegasse a um valor final e definitivo. O senhor Paulo Tenreiro concordou com a proposta, tendo ficado agendada a retificação para o dia seguinte. Depois disso, o senhor Paulo Tenreiro perguntou qual era o valor do metro quadrado de terreno em área urbana e quando é que esse valor tinha sido aprovado. Após consulta no livro de atas, o secretário disse que o valor em causa era de dez euros por metro quadrado e que esse mesmo valor tinha sido aprovado em Assembleia de Freguesia do dia trinta de setembro de dois mil e seis, tendo entrado em vigor a partir do dia seguinte, com ressalva para os pedidos feitos até à data. Ainda da consulta das atas, verificou-se que o pedido não tinha sido aceite, tal como descrito na ata de vinte e sete de setembro de dois mil e oito, devido a haver mais interessados, querendo a Junta de Freguesia fazer um artigo. Decidiu depois a Junta vender metade do terreno a cada um dos dois interessados, situação que ficou acordada. Esclarecida a situação, o senhor Paulo Tenreiro aceitou ficar com o terreno, faltando apenas clarificar a dimensão real da sua área. Após isso, concordou também fazer o pagamento dessa mesma área, pelos dez euros por metro quadrado. Não havendo mais alterações e esclarecimentos a fazer, a ata foi aprovada por unanimidade dos membros presentes.

Passou-se depois ao segundo ponto da ordem de trabalhos, começando-se pela discussão das contas de gerência do ano de dois mil e quinze. Ainda no seguimento da discussão do ponto anterior, João Vaz perguntou quando é que o senhor António Pires tinha



pago a sua parte do terreno, já que não o tinha conseguido identificar pelas contas apresentadas. O presidente da Junta respondeu que o pagamento tinha sido feito já em dois mil e catorze, no valor de três mil quatrocentos e setenta euros, por trezentos e quarenta e sete metros quadrados. Não havendo mais pedidos de esclarecimento, as contas foram votadas e aprovadas por unanimidade dos membros presentes.

Seguiu-se a discussão sobre a primeira revisão orçamental do ano de dois mil e dezasseis. O presidente da Junta disse que a revisão tinha sido feita para que pudessem ser contempladas duas ações, a aquisição de uma pá para o trator da Junta de Freguesia e a construção de um armazém junto às casas de banho públicas, para arrumo dos materiais das festas que decorrem ao longo do ano, dado que o armazém da Junta de Freguesia se encontra constantemente sobrelotado. Não havendo mais pedidos de esclarecimento, a revisão orçamental foi votada e aprovada por unanimidade.

Por fim, passou-se ao terceiro e último ponto da ordem de trabalhos, onde foram discutidos vários assuntos.

SOBRE A REQUALIFICAÇÃO DA JUNTA DE FREGUESIA

O presidente da Junta disse que já tinha discutido o assunto com o senhor presidente da Câmara e que, da conversa que tiveram, o senhor presidente da Câmara lhe tinha dito para que elaborasse um orçamento para a obra e o apresentasse na Assembleia Municipal seguinte, apesar de o investimento só poder ser feito, possivelmente, no mês de junho.

SOBRE O PARQUE EÓLICO DO PISCO

Sobre o Parque Eólico do Pisco, o presidente da Junta disse que tinha sido assinado, finalmente, o contrato entre a Junta de Freguesia e o senhor Marcolino Sá e Melo. No contrato ficou estipulado que cada uma das duas partes iria receber anualmente dez mil e quinhentos euros, tendo a Junta de Freguesia já recebido a sua parte. Disse ainda que a empresa Parque Eólico do Pisco, SA tinha pago também um outro montante no valor de seis mil oitocentos e quarenta e quatro euros e cinquenta cêntimos, por direitos de passagem em terrenos da Junta de Freguesia.

SOBRE UM PEDIDO DA ASSOCIAÇÃO MENINA DO ROSÁRIO DE CARAPITO

O presidente da Junta leu uma carta que lhe tinha sido endereçada pela Associação Menina do Rosário de Carapito, em que esta associação requeria um apoio financeiro, para ajuda nas suas despesas. O presidente da Junta disse que a Junta pretendia apoiar a associação em cinco mil euros, valor com o qual a Assembleia concordou.

SOBRE OUTROS ASSUNTOS

João Vaz perguntou como é que estava a questão das licenças para ocupação de espaço público. O presidente da Junta respondeu que atualmente essa competência estava atribuída à Junta de Freguesia.

O presidente da Junta disse depois que lhe tinha sido comunicado pelo presidente da



Câmara que iriam ser alcatroadas várias ruas no Arrabalde, brevemente, devido a algumas dessas ruas se encontrarem já em muito mau estado. João Vaz disse ainda que se essas obras não fossem para já, deveriam resolver-se provisoriamente alguns casos mais críticos, que seriam vários.

Luís Varandas sugeriu que fosse posto um espelho na esquina em frente à Junta de Freguesia, principalmente para que os veículos que circulam de cima para baixo não tenham que entrar no cruzamento para verem se um outro veículo circula no sentido oposto.

João Vaz perguntou depois como tinha ficado a questão dos estacionamento dos carros das professoras da Escola Primária e Jardim Infantil. O presidente da Junta disse ter falado com elas, tendo-lhe as professoras dito que não haveria problema em estacionarem no campo, dado que os alunos podiam brincar na mesma. A Assembleia não concordou e disponibilizou-se para escrever uma carta a dizer às professoras que estas não podiam estacionar naquele local, dado que, quer admitissem, quer não, os alunos não brincavam da mesma forma sabendo que podiam provocar algum dano nos carros. Assim, a posição da Assembleia de Freguesia foi a de que o estacionamento deveria ser feito na Praça ou noutro local que não a estrada ou o recinto da escola. O presidente da Junta disse que iria falar novamente com elas para lhes transmitir o que tinha ficado decidido em Assembleia de Freguesia e se necessário seria então entregue a carta.

Francisco Sobral perguntou depois qual era o valor a pagar pelo terreno que o senhor Paulo Caetano queria comprar ao lado da sua casa. O presidente da Junta explicou então qual era o procedimento a realizar neste caso, confirmando que o senhor Paulo Caetano tinha trabalhado até então vários dias para a Junta de Freguesia e que isso seria suficiente para pagar o terreno. No entanto, o senhor Paulo Caetano tinha também adquirido um outro terreno que ainda não tinha sido pago. Por isso, primeiro deverá saldar essa dívida, depois a junta pagar-lhe-á os dias que lhe deve, faz a medida da área desse terreno e ele faz o pagamento, para que as saídas e entradas de dinheiro sejam devidamente registadas, não sendo possível fazer uma troca direta entre dias de trabalho e compra de terrenos ou outros.

Luís Varandas disse que tinha também sido questionado pelo senhor Rui Santos sobre a compra de um terreno. O presidente da Junta disse já ter conhecimento do assunto e que já tinha ido ver o referido terreno, mas que este não reunia as condições para ser vendido, tal como ele pretendia. Assim, o presidente da Junta pediu que o senhor Rui Santos fizesse um pedido por escrito à Junta de Freguesia, para que depois pudesse ser novamente analisado.

João Vaz fez ainda a proposta para que fossem colocadas as atas das Assembleias no site da freguesia, como é feito em muitas outras freguesias e câmaras municipais. Não tendo havido manifestações contrárias à proposta, o secretário da Assembleia disse que iria fazer essa mesma disponibilização logo que possível.



Por fim, Álvaro Almeida apresentou uma nova versão do desdobrável de divulgação de Carapito que tem vindo a preparar, pedindo a colaboração de todos os elementos da Assembleia para que não faltasse nenhuma informação importante. Foram discutidas algumas melhorias, ficando os membros da Assembleia e da Junta de Freguesia encarregues de fazerem uma análise mais aprofundada. Depois, disse ainda ter conhecimento de que tem havido alguma discussão sobre se a localização do dólmen número um de Carapito seria na freguesia de Carapito ou na freguesia de Pena Verde. O presidente da Junta disse que ia analisar a questão com a Câmara Municipal, para que tudo ficasse esclarecido quanto antes. No seguimento do assunto, o Presidente da Junta disse que lhe tinham sido apresentadas duas propostas para a recuperação do dólmen número um por parte da Câmara Municipal, uma envolvendo apenas uma recuperação das pedras do dólmen, outra acrescentando a mamoa à sua volta. Disse ainda que a decisão seria tomada pela Câmara Municipal, onde deveriam ser tidos em conta vários fatores, principalmente financeiros.

E não havendo mais assuntos a tratar foi encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e trinta minutos, e, para que conste, lavrou-se a presente ata, que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada.

O Presidente da Assembleia: *José Francisco Lopes de Sá*

O Primeiro Secretário da Assembleia: *Álvaro Caseiro de Almeida*